



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

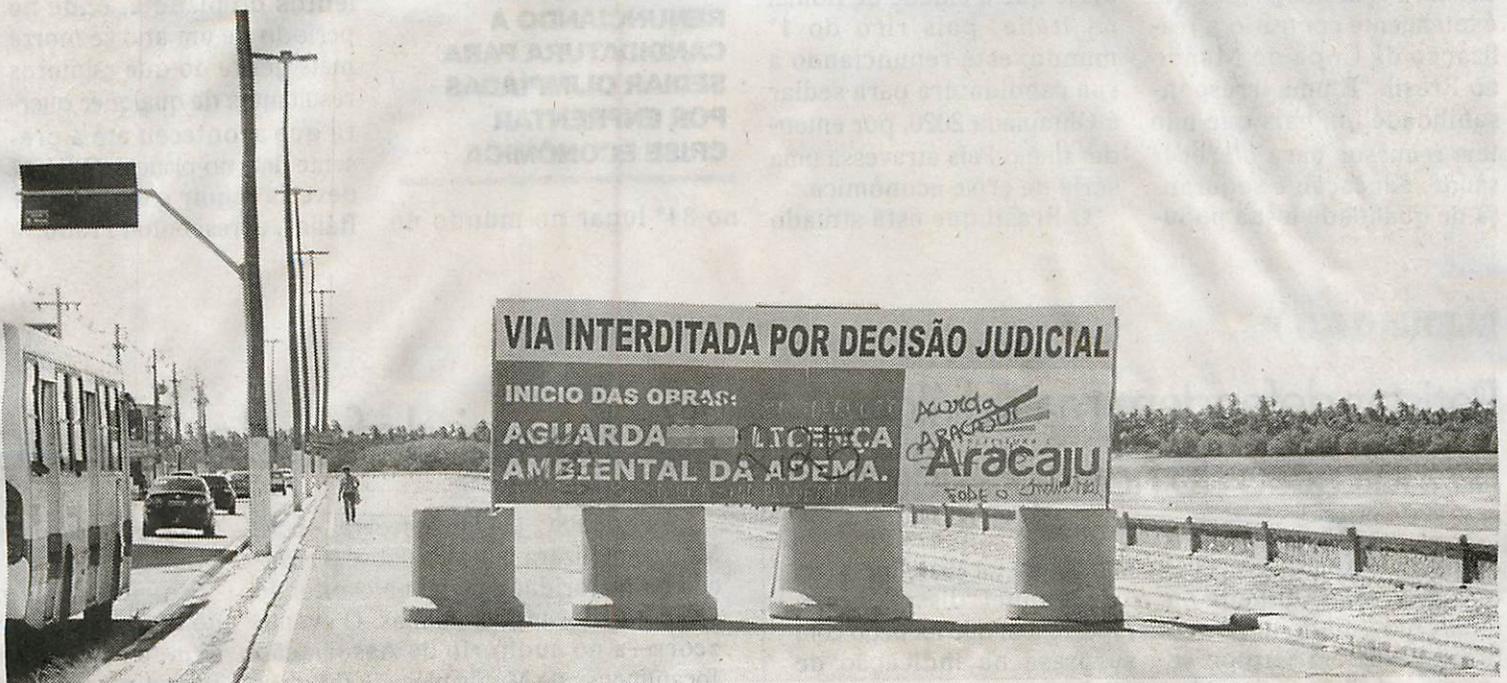
A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
sábado • 22 de junho de 2013

MPE pede perícia mais apurada na Av. Beira Mar

Para a promotoria, deve ser analisada se a interdição das vias precisa permanecer

LINDIVALDO RIBEIRO/CS



■ Trechos das avenidas Anísio Azevedo e Beira Mar estão interditados por ordem judicial

O Ministério Público Estadual (MPE), através da Promotoria do Meio Ambiente, na pessoa do Promotor Gilson Feitosa, solicitou à justiça, no início desta semana, uma perícia judicial para que seja verificado se a interdição no trecho da Avenida Anísio Azevedo, na Praia 13 de Julho, deve permanecer. De acordo com o promotor a interdição foi feita a partir de apenas informações técnicas visuais, não havendo um estudo mais apurado dos riscos de

desabamento.

“Quando fizemos vista do processo na última audiência de conciliação, a qual um acordo não aconteceu, nós vimos a necessidade de requerer ao juiz a realização de uma perícia judicial sobre o local para verificar se a interdição da via deve permanecer ou ela pode ser suspensa em razão das obras, que estão projetadas para o local não vão se realizar nos próximos meses, devido às dificuldades junto ao licenciador ambiental”, explicou o promotor.

Ele expôs que se o juiz determinar que a perícia aconteça, o resultado que pode acabar com a interdição sairá em um espaço curto de tempo. “Precisamos saber se o risco sobre a avenida e da balaustrada é real e atual. Se realmente é necessária aquela interdição. Os dados que temos até agora são informações técnicas visuais, não foi feito uma perícia técnica apurada para dizer se o desmoronamento está na iminência de acontecer. Estamos agora esperando somente a manifestação do juiz”, afirmou.

O promotor ressalta que, apesar do resultado da perícia ficar pronto em pouco tempo, o problema da Beira não é uma coisa que se resolva em um piscar de olhos.

“É algo complexo, por que envolve um problema natural, que é o avanço das águas dos rios Poxim e Sergipe. Movimento de maré não é algo simples de avaliar”, declarou.

• Adema x Prefeitura

De acordo com Gilson Feitosa, quando o MPE entrou com uma ação contra a PMA foi para pedir ao judiciário que determinasse que o município de Aracaju realizasse obras emergenciais para conter o avanço das águas sobre a via pública e o município então apresentou rapidamente um projeto de intervenção e de solução definitiva, só que não pode ser realizada ainda devido à falta de permissão da Adema.

“O que a Adema pediu para a Prefeitura de Aracaju é o que a legislação recomenda, que é o estudo prévio do impacto ambiental de que aquela obra irá causar para que o órgão analise se a licença requerida deve ser concedida ou não. O município diz que o estudo poderá levar de seis meses a um ano para ficar pronto. Só que se discute a obra sem a licença ambiental. Existe sim essa possibilidade na legislação só que os dois entes ainda estão discutindo se cabe ou não cabe”, concluiu.



**PROMOTOR DIZ
QUE APESAR DA
PERÍCIA FICAR
PRONTA EM POUCO
TEMPO, O PROBLEMA
DA AVENIDA NÃO
SE RESOLVE
RAPIDAMENTE**